

NEOLIBERALISMO, EDUCAÇÃO E AVALIAÇÃO

Thainá Portela Rêgo Ribeiro¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo a discussão sobre o neoliberalismo e as relações com a educação e a avaliação. Discute-se a questão do neoliberalismo por ser o atual sistema político da nossa sociedade, que se utiliza muitas vezes de diferentes estratégias para sua manutenção e hegemonia nas diversas instâncias sociais, dentre elas a educação. Ao discutir os conceitos de neoliberalismo, educação e avaliação, temos por finalidade evidenciar a avaliação enquanto estratégia que pode contribuir para a reprodução das desigualdades sociais, uma vez que acaba por selecionar os melhores alunos, por meio das avaliações em larga escala. Pretende-se evidenciar que a avaliação, sendo utilizada como regulação pelo sistema neoliberal, transforma as desigualdades sociais em desigualdades escolares.

Palavras-chave: Educação, Neoliberalismo, Avaliação educacional.

Introdução

A pesquisa a ser desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP câmpus de Rio Claro, está inserida na linha de pesquisa *Educação:Política, Gestão e o Sujeito Contemporâneo*, e tem como tema a questão da Avaliação Educacional nas políticas públicas pós 1990 no estado de São Paulo, com a finalidade de identificar qual o papel que a avaliação ocupa nas políticas educacionais do estado.

Este artigo é um recorte da pesquisa que tem por tema central a avaliação e cujo objetivo é o debate sobre o neoliberalismo e as possíveis relações com a educação e a avaliação. Discute-se a questão do neoliberalismo por ser o atual sistema político da

1 Pedagoga pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, campus Araraquara, e estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação UNESP/Rio Claro. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Educacional, seção Rio Claro. Departamento de Educação, Instituto de Biociências, UNESP câmpus de Rio Claro, São Paulo, Brasil. E-mail - thaina.portela@hotmail.com Eixo Temático2 : Pesquisa e Avaliação Educacional

nossa sociedade, que se utiliza muitas vezes de diferentes estratégias para sua manutenção e hegemonia nas diversas instâncias sociais, dentre elas a educação. Esta por sua vez toma as avaliações em larga escala como estratégia de regulação e indução do sistema educacional.

Dentro desse processo, os sujeitos que mais se destacam são aqueles que têm posse de um capital cultural elevado, e se o possuem é porque se encontram inseridos em famílias que tem o domínio de tal capital, o que marca as desigualdades sociais existentes dentro do campo educacional. O capital cultural, conceito elaborado por Pierre Bourdieu, pode ser entendido como algo que existe em cada ser humano e que precisa ser investido, desenvolvido, cultivado. Para isso exige-se estudo, busca a cultura, títulos. Esse estudo também vai discutir porque o sistema neoliberal, através do conceito de avaliação, acaba privilegiando mais a uns do que a outros.

Neoliberalismo e a Educação

O neoliberalismo, sistema atual da nossa sociedade, tem em seus pressupostos a ideia de liberdade. Segundo esse sistema, enquanto indivíduos livres podemos fazer aquilo a que melhor julgamos, além de termos liberdade pessoal também a temos nos âmbitos da política e economia. No entanto, o que significa efetivamente esse conceito? Será que de fato todos somos livres? Friedman afirma que

Vista como um meio para a obtenção da liberdade política, a organização econômica é importante devido a seu efeito na concentração ou dispersão do poder. O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, permite um controle um do outro. (FRIEDMAN, 1977, p. 05)

Os princípios norteadores do liberalismo, segundo Santana (1996) são: o individualismo, a propriedade e o estado. De acordo com esse sistema, cabe ao Estado permitir a liberdade individual do homem, na conquista de sua propriedade, bens materiais, segundo a ordem do capital. A ideia de liberdade individual se mostra

também na emancipação do homem moderno, que se apresenta nas áreas da religião e da economia. A área da religião propaga que todos tem os mesmos direitos perante a Deus, cabe então a cada um se esforçar e usar dos seus dons e talentos para conseguir algo de melhor em sua vida.

A área da economia acaba se sobrepondo mais do que a área política, porque é através da economia que o sistema neoliberal financia e decide o rumo de diferentes instâncias sociais, desde as ações de privatização de sistemas públicos até a regulação no campo educacional. Da mesma forma é em nossas vidas, o capital econômico, conceito elaborado pelo sociólogo Pierre Bourdieu (2010), pode ser entendido como a “situação financeira” em que cada um se encontra. Dessa forma, o capital econômico interfere diretamente no capital cultural e no social, pois é através do econômico que os demais se elevam e isso mostra o quão evidente é o sistema de classes, uma vez que o capital econômico é de posse muitas vezes da classe mais favorecida.

Enquanto o neoliberalismo apregoa a participação do mercado internacional na economia, as reformas que são propostas por esse sistema acabam interferindo diretamente em diferentes espaços sociais. A educação é pensada de outra forma, conforme mostra Gentili:

O objetivo político de democratizar a escola está assim subordinado ao reconhecimento de que tal tarefa depende, inexoravelmente, da realização de uma profunda *reforma administrativa* do sistema escolar orientada pelas necessidades de introduzir mecanismos que regulem a eficiência, a produtividade, a eficácia, em suma: a *qualidade* dos serviços educacionais. (GENTILI, 1996, p. 18, grifos do autor)

Para realização da verificação da qualidade descrita acima, o sistema neoliberal vai utilizar-se de alguns mecanismos, como por exemplo, a regulação. O conceito de regulação é polissêmico pois pode ser utilizado em diferentes áreas (biologia, economia), mas no âmbito da educação a regulação apresenta-se em relação às políticas públicas, na condução e direcionamento dessas políticas. Segundo Barroso:

A actual difusão, no domínio educativo, do termo “regulação” está associada, em geral, ao objectivo de consagrar, simbolicamente, um outro estatuto à intervenção do Estado na condução das políticas públicas. Muitas das referências que são feitas ao “novo” papel

regulador do Estado servem para demarcar as propostas de “modernização” da administração pública das práticas tradicionais de controlo burocrático pelas normas e regulamentos que foram (e são ainda) apanágio da intervenção estatal. Neste sentido, a “regulação” (mais flexível na definição dos processos e rígida na avaliação da eficiência e eficácia dos resultados) seria o oposto de “regulamentação” (centrada na definição e controlo *a priori* dos procedimentos e relativamente indiferente às questões da qualidade e eficácia dos resultados). (BARROSO, 2005, p. 727, grifos do autor)

Ainda com relação ao conceito de regulação, Freitas nos explica que “as políticas regulatórias querem, em áreas estratégicas, transferir o poder de regulação do Estado para o mercado [...]” (Freitas, 2005, p.913). Uma vez transferido o poder de decisão para o mercado, a educação está colocada de maneira a suprir as necessidades que o sistema apresentar, uma vez que “as relações de forças existentes exprimem as determinações econômicas, e em particular, os interesses dos dominantes” (Bourdieu, 2011a, p 210). Vemos assim, que há uma relação entre o sistema de ensino com a sociedade de classes porque há uma legitimação da sociedade de classes através do que Bourdieu (2011b) chama de violência simbólica, conceito este que pode ser entendido como a inculcação de uma cultura sob determinada classe social, ou seja, “[...] a imposição da cultura (arbitrário cultural) de um grupo como verdadeira ou a única forma cultural existente. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, p. 33). A escola acaba por transmitir somente a cultura dominante, e na vigência do sistema neoliberal, aquela que é de interesse do mercado.

A questão que se coloca então é se, e de que forma, o conceito de regulação pode garantir oportunidades iguais para todos, porque o que se constata é que, em um governo em que o capitalismo competitivo existe e de maneira marcante, a educação passa a se tornar não apenas um interesse social, mas também uma mercadoria, por isso tem que estar regulada pelos interesses do sistema capitalista, o qual divide a sociedade entre os mais desfavorecidos e a classe favorecida.

Um dos propósitos da escola se apresenta, dessa forma, em adaptar os indivíduos às exigências do capital, de maneira que a escola esteja preparada para formar dois tipos de indivíduos: a classe popular, pronta para o mercado e para se adaptarem as condições de trabalho e a classe mais favorecida, que é a que muitas vezes detém o capital econômico, social e cultural. Diante de um governo neoliberal capitalista e globalizado,

a educação torna-se uma mercadoria em meio à sociedade do conhecimento, na qual todos tem que ter acesso a educação, não importa de que forma, nem a qualidade e muito menos os meios para adquiri-la.

Numa sociedade de livre concorrência, o que o neoliberalismo anseia é que os indivíduos contem com a sorte ou com o acaso, como nos mostra Santana:

No regime de concorrência, [...] Hayek salientava que tanto quanto a habilidade e a providência de cada indivíduo, eram também importantes a sorte e o acaso na determinação de cada “destino”. A capacidade e a sorte de cada indivíduo, numa sociedade onde predominasse a concorrência, eram considerados fatores importantes para determinar quais seriam os afortunados e os fracassados. (SANTANA, 1996, p.174)

Contrariamente ao que foi exposto por Hayek, de acordo com Bourdieu (2010), não é sorte ou o acaso que determina o sucesso ou o fracasso escolar do indivíduo, mas sim a classe social, a etnia/raça, sexo, e outros fatores sociais, pois cada sujeito pertence a uma realidade e é influenciado por ela. A medida em que a escola, que se encontra no contexto neoliberal, ignorar a realidade social de cada indivíduo, sua finalidade se limitará somente em reproduzir e legitimar as desigualdades sociais, ao invés de superá-las.

Em um governo dito “democrático” a partir do momento em que ao invés de contarmos com a ajuda do governo, temos que nos recorrer para a sorte ou o acaso, demonstramos sérios problemas políticos, pois as cobranças, as relações sociais, enfim, todos os problemas enfrentados, não contam com a sorte. No próximo tópico será discutido que a sorte também se mostra na escola, onde os “sortudos” que desde cedo tiveram acesso a alta cultura são os que vão sobreviver no sistema de livre concorrência.

Educação e Avaliação

Dentro do sistema neoliberal, a avaliação se apresenta como uma estratégia de regulação da educação, mediante as avaliações em larga escala. Estas podem ser definidas como:

A avaliação em larga escala, do tipo Saeb, é um instrumento de acompanhamento global de redes de ensino com o objetivo de traçar séries históricas do desempenho dos sistemas, que permitam verificar as tendências ao longo do tempo, com a finalidade de reorientar as políticas públicas. Quando conduzidas com metodologia adequada podem trazer importantes informações sobre o desempenho dos alunos, dados sobre os professores, condições de trabalho e funcionamento das escolas de uma rede. (FREITAS, 2012, p. 47)

Diante dessas avaliações, a instituição escolar reproduz as desigualdades sociais expressas nos desempenhos dos alunos, pois esses exames exigem um conhecimento objetivado, pronto, o que revela que só os alunos com um elevado capital cultural é que tem uma boa performance e que estão aptos a “prosseguirem” nos estudos.

Aqueles que são oriundos de famílias que possuem um elevado capital cultural destacam-se nesse tipo de avaliação por se apropriarem desde cedo da alta cultura, incorporando-a e desenvolvendo assim, seu conhecimento. Para esses, o contato com a escola passa a ser feito de maneira natural, como se fosse uma continuação das aprendizagens na família. Já aqueles alunos oriundos de família de classes populares, que não tem acesso ao capital cultural elevado, quando entram na escola se reconhecem em um mundo novo, o qual reproduz conhecimentos que os educandos – por não possuírem as capacidades de aquisição desta cultura – não conseguem se apropriar, e por isso tem grandes chances de caírem no fracasso escolar.

Uma vez que nem todas as crianças têm as mesmas condições sociais de aprendizagem, é muito difícil que a escola consiga realizar efetivamente a assimilação dos conteúdos por parte de todos os alunos, pois cada um dos educandos vivem realidades diferentes, o que uma criança consegue aprender, outras não conseguem, ou demoram para fazê-lo. As avaliações em larga escala mostram nada mais do que números que não expressam o real aprendizado do aluno, mas somente reproduzem a desigualdade existente dentro da escola. É muito importante a reflexão de Freitas, que diz:

As políticas de avaliação centralizadas se esquecem que não basta o dado do desempenho do aluno ou do professor coletado em um teste ou questionário e seus fatores associados. É preciso que o dado seja “reconhecido” como “pertencendo” à escola. Medir propicia um dado,

mas medir não é avaliar. Avaliar é pensar sobre o dado com vistas ao futuro. (FREITAS, 2012, p. 48)

O caráter da escola precisa ser repensado pelas políticas públicas educacionais, pois um ensino contra a sorte e o azar, ou seja, um ensino de qualidade é direito de todos. O sistema neoliberal traz consigo o discurso da liberdade, mas na realidade esse sistema nos controla, fazendo-nos acreditar que a única lógica de organização da sociedade é essa, mediante a ideia de que pode nos oferecer serviços, como por exemplo, o conhecimento, quando na realidade esses serviços são nada mais do que direito de cada cidadão.

Como bem sintetiza Gentili “Os governos neoliberais não só transformam materialmente a realidade econômica, política, jurídica e social, também conseguem que esta transformação seja aceita como a única saída possível [...]” (GENTILI, 1996, p. 11) Para o neoliberalismo, a comunidade passa a ser a clientela, e a educação se torna apenas objeto de consumo, onde a população pode encontrar e escolher a melhor escola a partir do *ranking* apresentado pelas avaliações em larga escala.

Considerações finais

A partir desse estudo, objetivou-se mostrar que a avaliação, sendo utilizada como regulação pelo sistema neoliberal, não beneficia e nem torna a sociedade igualitária e justa, mas somente a controla a partir dos interesses desse sistema, favorecendo mais a uns do que a outros, por meio da valorização da competitividade, onde os alunos, principalmente aqueles que não tiveram oportunidades, tem que fazer por merecer, pois segundo a lógica neoliberal, todos são livres e tem acesso as mesmas chances. Justamente os alunos que apresentam maiores dificuldades de aquisição de cultura escolar, são aqueles que mais precisam do sucesso escolar (portanto, se esforçar para isso) para prosseguir nos estudos, o que continuamente é um fator que favorece a exclusão destes.

As avaliações em larga escala utilizadas no contexto neoliberal, ao invés de acompanharem o desenvolvimento global dos alunos, incentivam a escola e até mesmo

aos professores a se organizarem em função desses exames, com vistas muitas vezes aos bônus, premiações e demais benefícios oferecidos às escolas melhores classificadas. As avaliações externas tem feito somente uma verificação da aprendizagem, na medida em que reproduzem em números as escolas com melhor desempenho, o que deixa de lado as reais necessidades de desenvolvimento dos alunos. Por fim a instituição escolar se torna um lugar em que há forte competição entre as próprias escolas, entre os professores e até mesmo entre os alunos, não favorecendo um ambiente social adequado no sentido de solidariedade, amizade.

O sistema neoliberal nos oferece um discurso que traz a ideia de liberdade, mas na realidade ele nos controla. Além do controle, ser livre não significa de fato “ter acesso a” ou “ser bem sucedido em”, pois todos temos a liberdade de acesso, mas nem todos tem possibilidades iguais, diferente do que transmite esse sistema e a propagação de seus ideais. Mesmo dentro da escola, aquelas crianças que apresentam dificuldades e que não tiveram as mesmas condições de acesso ao capital cultural, estão excluídas do sistema escolar, ainda que estando presente, todos os dias, na escola. Isso remete a ideia de que a escola atual, além de privilegiar aqueles que tem melhores condições de vida, somente certifica o aprendizado, mas não o garante efetivamente. Segundo Bourdieu e Passeron:

[...] sem dúvida as sociedades modernas conseguem cada vez mais obter da Escola que ela produza e garanta como tais cada vez mais indivíduos qualificados, isto é, cada vez mais bem adaptados às exigências da economia; mas essa restrição que a autonomia impõe ao sistema de ensino é sem dúvida mais aparente do que real na medida em que a elevação do mínimo de qualificação técnica exigido pelo exercício das profissões não traz consigo *ipso facto* a redução do desvio entre a qualificação técnica que o exame garante e a qualidade social que ele outorga pelo que se poderia chamar seu *efeito de certificação*. (BOURDIEU e PASSERON, 2011, p. 202-203, grifos do autor)

O esvaziamento do certificado é o que resta para as classes populares, que buscam o ensino, mas terminam tendo acesso a um aprendizado de baixa qualidade, que resulta em um diploma cheio de competência para o mercado e vazio de conhecimento social. Muitas vezes o que o mercado necessita é de empregabilidade, como nos mostra Gentili, ao afirmar que “[...] quando os neoliberais enfatizam que a educação deve estar

subordinada às necessidades do mercado de trabalho, estão se referindo a uma questão muito específica: a urgência de que o sistema educacional se ajuste às demandas do mundo dos empregos.” (GENTILI, 1996, p. 25). O que o sistema neoliberal reserva para as classes menos favorecidas é a exploração, por meio de uma educação mais voltada para a ideia de adaptação para a atividade chamada trabalho.

À educação é transferido o poder de mudar a realidade social em que vivemos, quando na realidade ela somente reproduz as relações sociais estabelecidas nesse modelo social. Da mesma maneira, a forma como as avaliações externas tem sido idealizadas só contribuem para a classificação e perpetuação das desigualdades sociais. Transformar a escola vai muito além:

Sendo assim, transformar a escola supõe um enorme desafio *gerencial*: promover uma mudança substantiva nas práticas pedagógicas, tornando-as mais eficientes; reestruturar o sistema para flexibilizar a oferta educacional; promover uma mudança cultural, não menos profunda, nas estratégias de gestão (agora guiadas pelos novos conceitos de *qualidade total*); reformular o perfil dos professores, requalificando-os; implementar uma ampla reforma curricular, etc. (GENTILI, 1996, p. 18, grifos do autor)

A educação necessita ser pensada de modo a ter um compromisso com seus educandos e não com uma clientela, assim como a instituição escolar deve prestar contas somente a seus alunos, e não ao sistema. Dessa maneira, as avaliações em larga escala devem se fazer presente na escola com vistas a pensar nas reais necessidades dos alunos expressas nos exames, em comparação com outras avaliações (como a institucional e a avaliação realizada em sala de aula), e não de maneira a ser uma estratégia de regulação da qualidade da educação com vistas somente a resultados quantitativos. O conceito de liberdade se aplica verdadeiramente quando todos tem possibilidades iguais diante de qualquer situação e quando passamos de clientes a cidadãos.

Referências

AUGUSTO, M. H. **Regulação educativa e trabalho docente em Minas Gerais: a obrigação de resultados.** Educação e Pesquisa, São Paulo, vol. 38, n. 3, p. 695 a 709, jul/set 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n3/11.pdf>>

BARROSO, J. **O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas.** *Educação e Sociedade*, Campinas, CEDES, vol. 26, nº92, p. 725-751, Especial – Out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>

BERTAGNA, R.H. **Progressão continuada:** limites e possibilidades. 2003. 500 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BOURDIEU, P. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 151 p. 1998.

BOURDIEU, P. **Escritos da Educação.** Maria Alice Nogueira E Afrânio Catani (organizadores). 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011a.

BOURDIEU, P. e PASSERON, J.C. **A Reprodução – elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Trad. de Reynaldo Bairão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011b

FREITAS, L. C. et al. **Avaliação Educacional: Caminhando pela contramão.** 4ª Ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 87 p. 2012.

FREITAS, L. C. **Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública.** *Educação e Sociedade*, Campinas, CEDES, vol. 26, nº92, p. 911-933, Especial – Out. 2005. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade.** São Paulo: Arte Nova, 1977.

HAYEK, F. **O caminho da servidão.** Porto Alegre: Globo, 1977.

NOGUEIRA, M. A.; NOGUEIRA, C. M. M. **Bourdieu & a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica, (Pensadores e educação, v. 4). 2004.

SANTANA, L.C. **Liberalismo, ensino e privatização**: um estudo a partir dos clássicos da economia política. 1996. 232 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SOUSA, S. Z. L.; OLIVEIRA, R. P. **Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, vol. 40, n. 141, p. 793 a 822, set/dez 2010. Disponível em
<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n141/v40n141a07.pdf>>

SILVA, T. T. e GENTILI, P. (orgs). **Escola S.A: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.